

BOLETIM ABCP

Abril e Maio/2010

SUMÁRIO

Notícias da Diretoria	
7º Encontro da ABCP.....	2
Conferência Internacional de Ciência Política (IPSA- ECPR)	
Apoio da ABCP à Diretoria da ABA.....	3
Notas da Diretoria da ABA, do CEI, ANPOCS e SBPC.....	3
Entrevista Jean-Pierre Briot	7
Perfil Institucional : PPGSP da UFSC.....	16
Oportunidades profissionais	19
Bolsas de Estudo e Prêmios.....	20
Seminários.....	21
Cursos.....	23
Call for Papers – Revistas.....	23
Processo seletivo de pós-graduação.....	24

Expediente

O Boletim é preparado por Ivan Ervolino (UFSCar), editado por Andrei Koerner (IFCH/Unicamp) e Glenda Mezarobba (IFCH/Unicamp) e conta com o apoio de Maria Raimunda dos Santos (Secretaria da ABCP).

O Boletim é publicado bimestralmente, no início de cada mês ímpar do ano. As informações podem ser enviadas até o final da primeira semana do mês.

E-mail para contato: boletim.abcp@cienciapolitica.org.br



NOTÍCIAS DA DIRETORIA

7º Encontro da ABCP

Política, Desenvolvimento e Inclusão Social no Brasil: desafios das próximas décadas

Recife (PE), 4-7 de agosto de 2010

A programação preliminar do Encontro está disponível.

Confira a programação das Mesas Redondas e das Áreas Temáticas:

<http://www.abcp2010.sinteseeventos.com.br/>

Agenda:

Os trabalhos selecionados para apresentação nas Áreas Temáticas devem ser enviados até o dia **12 de julho**

O prazo para inscrições com desconto é **22 de julho**.

Conferência Internacional de Ciência Política (IPSA- ECPR)

Com o título "Whatever happened to North-South", a Conferência está estruturada em torno de 4 temas principais:

Tema 1: Changing Patterns of IR/Regional Integration.

Tema 2: Political Regimes, Democratic Consolidation and the Quality of democracy.

Tema 3: Population Flows, Migration And Social Change.

Tema 4: Economic Trends and Political and Cultural Changes.

Organização ABCP, International Political Science Association (IPSA) e European Consortium of Political Research (ECPR)

Local São Paulo

Data 16 a 19 de fevereiro de 2011

Prazo para a inscrição 28/maio/2010 e está restrita, no caso do Brasil, aos associados da ABCP

Mais informações [www.ipsa.org](http://www.ipsa.org;);

bpsa@cienciapolitica.org.br



NOTA DA DIRETORIA

A Diretoria da ABCP manifesta o seu total apoio à Associação Brasileira de Antropologia em sua nota sobre a matéria publicada pela Revista Veja, "A farra da antropologia oportunista" (*Veja* ano 43 nº 18, de 05/05/2010), que lança suspeitas sobre a integridade da atuação profissional dos colegas antropólogos.

Nota da Diretoria da ABA sobre matéria publicada pela revista Veja

Frente à publicação de matéria intitulada "A farra da antropologia oportunista" (*Veja* ano 43 nº 18, de 05/05/2010), a diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em nome de seus associados, clama pelo exercício de jornalismo responsável, exigindo respeito à atuação profissional do quadro de antropólogos disponível no Brasil, formados pelos mais rigorosos cânones científicos e regidos por estritas diretrizes éticas, teóricas, epistemológicas e metodológicas, reconhecidas internacionalmente e avaliadas por pares da mais elevada estatura científica, bem como por autoridades de áreas afins.

A ABA reserva-se ao direito de exigir dos editores da revista semanal *Veja* que publique matéria em desagravo pelo desrespeito generalizado aos profissionais e acadêmicos da área.

NOTA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS INDÍGENAS da ABA

A reportagem divulgada pelo último número da revista *Veja*, provocativamente intitulada "Farra da Antropologia oportunista", acarretou uma ampla e profunda indignação entre os antropólogos, especialmente aqueles que pesquisam e trabalham com temas relacionados aos povos indígenas. Dados quantitativos inteiramente equivocados e fantasiosos (como o de que menos de 10% das terras estariam livres para usos econômicos, pois 90% estariam em mãos de indígenas, quilombolas e unidades ambientais!!!) conjugam-se à sistemática deformação da atuação dos antropólogos em processos administrativos e jurídicos relativos a definição de terras indígenas.

Afirmar como a de que laudos e perícias seriam encomendados pela FUNAI a antropólogos das ONG's e pagos em função do número de indígenas e terras "identificadas" (!) são obviamente falsas e irresponsáveis. As perícias são contratações realizadas pelos juízes visando subsidiar técnica e cientificamente os casos em exame, como quaisquer outras perícias usuais em procedimentos legais. Para isto o juiz seleciona currículos e se apóia na experiência da PGR e em consultas a ABA para a indicação de profissionais habilitados. Quando a FUNAI seleciona antropólogos para trabalhos antropológicos o faz seguindo os procedimentos e cautelas da administração pública. Os profissionais que realizam tais tarefas foram todos formados e treinados nas universidades e programas de pós-graduação existentes no país, como parte integrante do sistema brasileiro de ciência e tecnologia. A imagem que a reportagem tenta criar da política indigenista como uma verdadeira terra de ninguém, ao sabor do arbítrio e das



negociatas, é um absurdo completo e tem apenas por finalidade deslegitimar o direito de coletividades anteriormente subalternizadas e marginalizadas.

Não há qualquer esforço em ser analítico, em ouvir os argumentos dos que ali foram violentamente criticados e ridicularizados. A maneira insultuosa com que são referidas diversas lideranças indígenas e quilombolas, bem como truncadas as suas declarações, também surpreende e causa revolta. Sub-títulos como "os novos canibais", "macumbeiros de cocar", "teatrinho na praia", "made in Paraguai", "os carambolas", explicitam o desprezo e o preconceito com que foram tratadas tais pessoas. Enquanto nas críticas aos antropólogos raramente são mencionados nomes (possivelmente para não gerar demandas por direito de resposta), para os indígenas o tratamento ultrajante é na maioria das vezes individualizado e a pessoa agredida abertamente identificada. Algumas vezes até isto vem acompanhado de foto.

A linguagem utilizada é unicamente acusatória, servindo-se extensamente da chacota, da difamação e do desrespeito. As diversas situações abordadas foram tratadas com extrema superficialidade, as descrições de fatos assim como a colocação de adjetivos ocorreram sempre de modo totalmente genérico e descontextualizado, sem qualquer indicação de fontes. Um dos antropólogos citado como supostamente endossando o ponto de vista dos autores da reportagem afirmou taxativamente que não concorda e jamais disse o que a revista lhe atribuiu, considerando a matéria "repugnante". O outro, que foi presidente da FUNAI por 4 anos, critica duramente a matéria e destaca igualmente que a citação dele feita corresponde a "uma frase imprecisa" e de "sentido desvirtuante" de sua própria visão.

A agressão sofrida pelos antropólogos não é de maneira alguma nova nem os personagens envolvidos são desconhecidos, isto apenas considerando os últimos anos. O antropólogo Stephen Baines em 2006 concedeu uma longa entrevista a Veja sobre os índios Waimiri-Atroari, população sobre a qual escrevera anos antes sua tese de doutoramento. A matéria não saiu, mas poucos meses depois, uma reportagem intitulada "Os Falsos Índios", publicada em 29 de março de 2006, defendendo claramente os interesses das grandes mineradoras e empresas hidroelétricas em terras indígenas, inverteu de maneira grosseira as declarações do antropólogo (pg. 87). Apesar dos insistentes pedidos do antropólogo para retificação, sua carta de esclarecimento jamais foi publicada pela revista. O autor da entrevista não publicada e da reportagem era o sr. Leonardo Coutinho, um dos autores da matéria divulgada na última semana pelo mesmo meio de comunicação.

Em 14-03-2007, na edição 1999, entre as pgs. 56 e 58, uma nova invectiva contra os indígenas foi realizada pela Veja, agora visando o povo Guarani e tendo como título "Made in Paraguai - A Funai tenta demarcar área de Santa Catarina para índios paraguaios, enquanto os do Brasil morrem de fome". O autor era José Edward, parceiro de Leonardo Coutinho, na matéria citada no parágrafo anterior. Curiosamente um sub-título foi repetido na matéria da semana passada - "Made In Paraguay". O então presidente da ABA, Luis Roberto Cardoso de Oliveira, solicitou o direito de resposta e encaminhou um texto à revista, que nem sequer respondeu.

Poucos meses depois a revista Veja, em sua edição 2021, voltou à carga com grande sensacionalismo. A matéria de 15-08-2007 era intitulada "Crimes na Floresta – Muitas tribos brasileiras ainda matam crianças e a Funai nada faz para impedir o infanticídio" (pgs. 104-106). O sub-título diz explicitamente que o infanticídio não teria sido abandonado pelos indígenas em razão do "apoio de antropólogos e a tolerância da Funai." A matéria novamente foi assinada pelo mesmo Leonardo Coutinho. Novamente o protesto da ABA foi ignorado pela



revista e pode circular apenas através do site da entidade. Em suma, jornalismo opinativo não pode significar um exercício impune da mentira nem práticas sistemáticas de detração sem admissão de direito de resposta. O mérito de uma opinião decorre de informação qualificada, de isenção e equilíbrio. Ao menos no que concerne aos indígenas as matérias elaboradas pela Veja, apenas requeentam informações velhas, descontextualizadas e superficiais, assumindo as características de uma campanha, orquestrada sempre pelos mesmos figurantes, que procuram pela reiteração inculcar posturas preconceituosas na opinião pública.

Numa análise minuciosa desta revista, realizada em seu site, o jornalista Luis Nassif fala de uma perigosa proximidade entre lobistas e repórteres nas revistas classificadas como do estilo "neocon". A presença de "reporteres de dossier" é uma outra característica deste tipo de revista. A luz dos comentários deste conceituado jornalista a lista de situações onde a condição de indígenas é sistematicamente questionada não deixa de ser bastante significativa. Ai aparecem os Anacés, que vivem no município de São Gonçalo do Amarante (onde está o porto de Pecem, no Ceará); os Guarani-M'bià, confrontados por uma proposta do mega-investidor Eike Batista de construção de um grande porto em Peruíbe, São Paulo; e os mesmos Guaranis de Morro dos Cavalos (SC), que lutam contra interesses poderosos, que os qualificam como "paraguaios" (tal como os seus parentes Kayowá e Nandevá do Mato Grosso do Sul, em confronto com o agro-negócio pelo reconhecimento de suas terras).

Como o objetivo último é enfraquecer os direitos indígenas (em disputas concretas com interesses privados), os alvos centrais destes ataques tornam-se os antropólogos, os líderes indígenas e os seus aliados (a matéria cita o Conselho Indigenista Missionário/CIMI por várias vezes e sempre de forma igualmente desrespeitosa e inadequada).

É neste sentido que a CAI vem expressar sua posição quanto a necessidade de uma responsabilização legal dos praticantes de tal jornalismo, processando-os por danos morais e difamação. Neste momento a Presidência da ABA está em contato com seus assessores no campo jurídico visando definir a estratégia processual de intervenção a seguir.

Dada a assimetria de recursos existentes, contamos com a mobilização dos antropólogos e de todos que se preocupam com a defesa dos direitos indígenas para, através de sites, listas na Internet, discussões e publicações variadas, vir a contribuir para o esclarecimento da opinião pública, anulando a ação nefasta das matérias mentirosas acima mencionadas. Que não devem ser vistas como episódios isolados, mas como manifestações de um poder abusivo que pretende inviabilizar o cumprimento de direitos constitucionais, abafando as vozes das coletividades subalternizadas e cerceando o livre debate e a reflexão dos cidadãos. No que toca aos indígenas em especial a Veja tem exercitado com inteira impunidade o direito de desinformar a opinião pública, realimentar velhos estigmas e preconceitos, e inculcar argumentos de encomenda que não resistem a qualquer exame ou discussão.

João Pacheco de Oliveira
Coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas/CAI



NOTA DA DIRETORIA DA ANPOCS SOBRE REPORTAGEM DA REVISTA VEJA

A diretoria da Anpocs vem a público lamentar a reportagem "A farra da antropologia oportunista", publicada pela revista *Veja* em cinco de maio passado. A matéria é superficial, repleta de estereótipos e insinuações, lança suspeitas generalizadas sobre a ação de antropólogos, sem nomear nem indicar fontes, manipula declarações de especialistas que supostamente endossariam seu ponto de vista e ridiculariza lideranças indígenas.

Infelizmente, esse tipo de matéria prejudica não apenas os antropólogos e grupos atingidos, mas principalmente a opinião pública, que vê desperdiçada a oportunidade de elevar sua compreensão acerca dos problemas brasileiros e dos desafios neles envolvidos.

Abordagens como a dessa matéria, que não têm sido incomuns, inquietam a comunidade científica representada pela Anpocs, pois revelam desequilíbrio no tratamento de informações, preconceito em relação a segmentos da população e desrespeito para com o debate plural de opiniões. As Ciências Sociais e a democracia brasileira não merecem isso.

NOTA DA DIRETORIA DA SBPC

"A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) vem a público hipotecar inteira solidariedade a sua filiada, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que em notas de sua diretoria e da Comissão de Assuntos Indígenas repudiou cabalmente matéria publicada pela revista 'Veja' em sua edição de 5 de maio do corrente, intitulada "Farra da Antropologia Oportunista".

Registra, também, que a referida matéria vem sendo objeto de repulsa por parte de cientistas e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, os quais inclusive registram precedentes de jornalismo irresponsável por parte da referida revista, caracterizando assim um movimento de indignação que alcança o conjunto da comunidade científica nacional.

Por outro lado, a maneira pela qual foram inventadas declarações, o tratamento irônico e preconceituoso no que diz respeito às populações indígenas e quilombolas e a utilização de dados inverídicos evidenciam o exercício de um jornalismo irresponsável, incitam atitudes preconceituosas, revelam uma falta total de consideração pelos profissionais antropólogos - cuja atuação muito honra o conjunto da comunidade científica brasileira - e mostram profundo e inconcebível desrespeito pelas coletividades subalternizadas e o direito de buscarem os seus próprios caminhos.

Tudo isso indo em direção contrária ao fortalecimento da democracia e da justiça social entre nós e à constituição de uma sociedade que verdadeiramente se nutra e se orgulhe da sua diversidade cultural.

Adicionalmente, a SBPC declara-se pronta a acompanhar a ABA nas medidas que julgar apropriadas no campo jurídico e a levar o seu repúdio ao âmbito da 4ª. Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que se realizará no final deste mês de maio em Brasília."



Entrevista Jean-Pierre Briot, diretor do *Bureau CNRS* *Brésil / CNRS Brasil*¹

Jean-Pierre Briot é o diretor do CNRS Brasil, escritório de representação, criado no início de 2010, e localizado no Rio de Janeiro (<http://www.cnrs-brasil.org>). Ele é Diretor de Pesquisas do CNRS e membro do *Laboratoire d'Informatique de Paris 6* (LIP6), laboratório de ciência da computação conjunto da *Université Pierre et Marie Curie* (Paris 6) e do CNRS. É membro da equipe de Sistemas Multi-Agentes (SMA), no departamento de pesquisas DESIR. É pesquisador visitante permanente na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Laboratório de Engenharia de Software, e do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Computação daquela Universidade.

1a Parte – Sobre o CNRS – Brasil

Quais as perspectivas do CNRS a respeito de atividades de pesquisa em conjunto com instituições brasileiras?

Inicialmente, eu gostaria de apresentar o CNRS em alguns traços rápidos, mesmo se presumo que ele já seja conhecido pelos leitores. O CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) é a primeira instituição (pública) de pesquisas na França. Ele cobre todos os campos científicos e é estruturado em 10 Institutos (biologia, química, ecologia e meio-ambiente, informática, matemática, ciências da engenharia, física, física nuclear e de partículas, ciências humanas e sociais, ciências do universo), mais as ações interdisciplinares (como nanociências, desenvolvimento durável...).

Em 2009, o orçamento do CNRS foi de 3,367 bilhões de euros. Conta com 26 mil funcionários em seu quadro permanente (11.600 pesquisadores e 14.400 engenheiros, técnicos e quadros administrativos) e 7.600 contratados (como os pesquisadores associados e doutorandos). Possui 1.200 laboratórios, dos quais quase 90% são em parceria com estabelecimentos de ensino superior ou empresas. Publica, em média, 25 mil trabalhos científicos por ano, e mais de 50% deles são em co-autoria com ao menos um laboratório estrangeiro. Está no primeiro lugar das instituições públicas na França em registro de patentes : até 2009, havia registrado 3.765 patentes (*familles de brevets*), 382 novas, das quais 44,5% já estão em exploração. Enfim, desde 1999 foram criadas 503 empresas de inovação, 42 apenas em 2009.

O Brasil é um parceiro estratégico do CNRS, notadamente pelo fato de sua presença crescente na cena científica internacional (está em 2o lugar no aumento do número e publicações, depois da China) ; a França é o seu 2o parceiro científico (depois dos Estados Unidos) ; apresenta objetos de estudo e questões científicas muito importantes (biodiversidade, modelos de desenvolvimento...). Sobre a biodiversidade, aliás, é preciso ressaltar a recente criação do Centro franco-brasileiro da biodiversidade amazônica. É também de notar que é o Brasil o país com o qual a França tem a sua fronteira externa mais extensa! Enfim,

¹ Por Andrei Koerner



existe um histórico de cooperação com a França, como, por exemplo, Claude Henri Gorceix, Oswaldo Cruz, Claude Lévi-Strauss.

O CNRS assinou 4 convênios com Instituições de pesquisa brasileiras : o CNPq (desde 1975, prorrogada em 2007), a Fapesp (2004), a FioCruz (2006) e a Fapesb (2006).

Atualmente, o CNRS tem os seguintes acordos de cooperação com o Brasil :

- uma *Unité Mixte Internationale* (UMI) em matemática, com o IMPA, no Rio de Janeiro ;
- três *Laboratoires Internationaux Associés* (LIA) : em imunologia/biomedicina, com a FioCruz no Rio de Janeiro ; em análises químicas, com a UESC em Ilhéus (Bahia) ; em modelização do magnetismo, com a USP, UFSC et UFMG
- Nove *Projets Internationaux de Coopération Scientifique* (PICS) ;
- 26 Projetos bilaterais (de tipo intercâmbio de pesquisadores) ;
- 16 Projetos regionais na América do Sud (4 MathAmSud et 12 STICAmSud) ;
- Uma participação no *Réseau de Mathématiques Franco-Brésilien*

Enfim, assinalo que, em 2009, houve 858 missões de pesquisadores do CNRS no Brasil.

Quais são os objetivos do escritório CNRS-Brésil, criado em 1o de janeiro de 2010?

Em virtude das perspectivas estratégicas da cooperação com o Brasil, o CNRS decidiu criar um escritório de representação permanente no país. Este é o 9o escritório do CNRS no exterior, sendo que os demais são em Bruxelas (para a Europa), Hanói (para a ASEAN), Johannesburgo (para a África), Moscou (para a Rússia e a Comunidade dos Estados Independentes), Pequim (para a China), Santiago do Chile (para a América Latina), Tóquio (para o Japão e a Coréia), Washington (para os Estados Unidos e o Canadá). Há o projeto de criar um 10o escritório na Índia.

Pode-se observar que a quase totalidade dos escritórios são regionais, e o CNRS criou um dedicado apenas ao Brasil, o que mostra a importância e a vontade de parceria privilegiada com o Brasil.

Esses escritórios fazem parte da Direção de Relações Internacionais (DRI) do CNRS, que tem por função coordenar e implementar a ação internacional do CNRS. Para isso, e em conjunto com os Institutos científicos, a DRI propõe todo um conjunto de instrumentos criados pelo CNRS em diferentes níveis de estruturação de colaboração (dos intercâmbios de pesquisadores a laboratórios comuns, como os que referi acima). Além de sua equipe na sede no CNRS, estruturada por zonas geográficas, a DRI se apóia em sua rede de escritórios implantados no exterior e se beneficia igualmente dos serviços científicos das embaixadas da França.

O *Bureau CNRS Brésil / CNRS Brasil* (<http://www.cnrs-brasil.org/>) foi criado em 1o de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro. Ele está instalado na *Maison de France*, no Consulado Geral da França no Rio de Janeiro. Esta sede abriga também outros serviços franceses (*Mission Economique, Chambre de Commerce...*) ou europeus (Consulados da Finlândia e da Alemanha). A



localização oferece, além disso, proximidade com numerosas instituições científicas federais de excelência, como a Academia Brasileira de Ciências, FINEP, IMPA (matemática), FioCruz (biomedicina) e CBPF (física), ao mesmo tempo em que assegura uma representação nacional para o conjunto dos parceiros científicos (instituições e universidades) do país.

De um modo geral, o Escritório CNRS Brasil tem por objetivo ajudar a ampliar a colaboração científica entre o CNRS (e, de maneira mais geral, a França) e o Brasil. Pode-se considerar três eixos de atividades principais :

1. Representação: representação do CNRS e de seus Institutos científicos junto as instituições científicas brasileiras (institutos, agências de financiamento, universidades, laboratórios, e, é claro, os pesquisadores brasileiros). Mas, igualmente, a representação das instituições brasileiras e a informação sobre as políticas científicas do Brasil destinadas ao CNRS, e, através delas, para os laboratórios e pesquisadores franceses ;
2. Antecipação: identificar e/ou imaginar novas formas e oportunidades de cooperação, baseando-se no acompanhamento, informação e representação (o que se vincula com o primeiro eixo) e o estímulo às redes de pesquisas ;
3. Facilitação: facilitar a montagem de cooperações, a montante (o que se vincula com o segundo eixo), incluindo, por exemplo, a participação na organização de missões de diretores do CNRS no Brasil ou de visitas de representantes de instituições brasileiras ao CNRS) e/ou a jusante, (beneficiando da sua presença local). Isso também inclui, evidentemente, a ajuda aos pesquisadores sobre as oportunidades e os instrumentos de cooperação, tais como os programas entre o CNRS e as instituições parceiras (programa de intercâmbio CNRS-CNPq, CNRS-FioCruz, CNRS-FAPESP... e instrumentos mais estruturados como LIA, UMI) ou fora do CNRS (o programa CAPES-COFECUB, os programas ANR-FINEP, Europa-Brasil...).

Mas é preciso ter em conta que o escritório é uma estrutura simples, que atualmente se reduz apenas ao diretor, sendo prevista a contratação de um assistente.

Entre as perspectivas de ação do Escritório e de cooperação entre o CNRS e o Brasil, está em andamento a renovação dos protocolos de cooperação entre o CNRS e o CNPq, parceiro tradicional do CNRS (de certa forma, o seu homólogo no Brasil), beneficiando de uma dinâmica nova desde o início de janeiro, com o novo Presidente do CNPq e a criação do Escritório. Novos acordos de cooperação são visados: a implantação de um GDRI (*Groupement De Recherche International*) em ótica quântica/nanomagnetismo (física) e um novo LIA (*Laboratoire International Associé*) em genética dos tumores (biomedicina).

Vocês têm objetivos específicos para a cooperação em pesquisas em ciências sociais, notadamente em ciência política? Vocês têm objetivos de cooperação em áreas de políticas públicas, como política ambiental, urbana, de desenvolvimento, políticas penais ou de segurança pública, etc?

Tentarei responder as questões em conjunto e de maneira ainda muito incompleta. Inicialmente, o CNRS (esta é uma das suas forças) é um organismo que cobre todos os campos disciplinares (da matemática às ciências duras, das



ciências biológicas, para engenharia até as ciências humanas e sociais. Ele é estruturado em dez institutos científicos, mais os programas disciplinares, como se falou acima. A questão, na verdade, deveria ser encaminhada ao INSHS - *Institut des Sciences Humaines et Sociales*. Além do mais, o Escritório é recente, pois foi criado oficialmente, mas *ex nihilo*, em 1o de janeiro, e tornou-se operacional no início de fevereiro. O Escritório (e seu diretor) não têm, então, uma visão suficientemente completa do conjunto das atividades e das oportunidades e prioridades em ciências humanas e sociais (SHS) com o Brasil, para responder de uma maneira muito precisa à sua questão.

Não obstante, vou dar uma resposta mais pessoal e prospectiva. Considero que o Brasil tem características fora do comum (escala, biodiversidade humana e biológica, temas relevantes em matéria de modelos de desenvolvimento...). Apresenta, assim, além de sua excelência científica própria, objetos e escalas de estudo excepcionais. Pesquisadores brasileiros exploram soluções originais, por exemplo, em matéria de políticas de gestão da biodiversidade (notadamente na Amazônia, o que leva a questões específicas de gestão supranacional com a Guiana Francesa e, então, leva a outros temas sobre cooperação). Tudo isso torna o Brasil um parceiro único e privilegiado. Além disso, existe uma longa tradição de cooperação entre a França e o Brasil em ciências humanas e sociais. A França foi, e ainda permanece, o primeiro país de formação e de estágio – doutorado e pós-doc – de estudantes e pesquisadores brasileiros em SHS. As potencialidades são, em minha opinião, muito grandes e ainda insuficientemente exploradas.

Uma análise da cooperação existente entre o Brasil e a França em SHS (número de projetos, ex : CAPES-COFECUB, doutorados sanduíche, coorientações, missões, colóquios...) mostra que elas são muito numerosas. Entretanto, elas permanecem freqüentemente bastante individualizadas e pouco estruturadas. Se olharmos o estado dos acordos de cooperação no plano dos instrumentos do CNRS, existem atualmente 4 projetos bilaterais – do tipo intercâmbio de pesquisadores –, mas não há acordos de cooperação estruturados de maior escala, mais perenes e mais visíveis no nível de instituições, como é o caso, por exemplo, em matemática (uma UMI), em biomedicina ou em química (LIA) ou física (projeto de GDRI). Sem dúvida, isto se deve em parte à natureza e à cultura da atividade dos pesquisadores em SHS, mais individualizada, diferentemente de disciplinas como, por exemplo a física, que, em virtude da natureza das experiências que deve organizar, tem necessidade de equipes disciplinares fortes.

No entanto, existe um instituto na França que tem o papel aglutinador em matéria de pesquisa sobre as Américas : o Instituto das Américas (<http://www.institutdesameriques.fr>). Ele deve poder ajudar a estruturar a cooperação em SHS entre a França e o Brasil. Aliás, está sendo instalada uma representação – o *Pôle Brésil de l'Institut des Amériques* –, acolhido no CenDoTeC (Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica) (<http://www.comunidadefb.com.br/>) em São Paulo. O Escritório está em contato com eles e acompanhará as suas ações.



Quais são as principais modalidades de apoio à pesquisa e como se pode fazer pedidos de financiamento?

O CNRS tem diversos instrumentos de cooperação internacional, a começar pelos projetos conjuntos/bilaterais, do tipo de intercâmbio de pesquisadores (com o CNPq, a Fapesp e a FioCruz, por exemplo), que são programas análogos ao programa CAPES-COFECUB. Depois, se passa a níveis de cooperação progressivamente mais estruturados e mais perenes no tempo (e com melhores dotações) que, em ordem ascendente, são : PICS (*Projet International de Coopération Scientifique*), LIA (*Laboratoire International Associé*), GDRI (*Groupement De Recherche International*), e UMI (*Unité Mixte Internationale*). Existem atualmente 1 UMI, 3 LIA e 9 PICS com o Brasil, referidos acima.

Além dos programas próprios ao CNRS ou dos quais ele participa (por exemplo, os programas regionais na América do Sul, tais como Math-AmSud et STIC-AmSud), existem igualmente outros programas : de intercâmbio de pesquisadores, como os célebres CAPES-COFECUB e USP-COFECUB ; programas conjuntos com maiores dotações, entre a *Agence Nationale de la Recherche* (ANR) e a FINEP, os programas europeus etc.

Para mais informações sobre os diferentes programas do CNRS ou outros, recomendo consultar o site Web do Escritório (<http://www.cnrs-brasil.org/>) que tenta reagrupar os links para tais informações, ou diretamente o do CNRS (<http://www.cnrs.fr/>), notadamente as páginas de Relações Internacionais (ver no menu « Les partenariats »).

2a Parte – Sobre as suas atividades de pesquisa

Peço-lhe que nos dê um resumo do campo de pesquisas em inteligência artificial, especialmente a simulação de sistemas sociais para a resolução de problemas de cooperação e de decisão coletiva.

A informática é utilizada e influencia atualmente todas as disciplinas e as técnicas, como produtora de modelos e instrumentos. De maneira dual, tal como uma esponja, ela se alimenta de fontes de inspiração de outras disciplinas. Não vou detalhar aqui as diferentes atividades em matéria de inteligência artificial, um ramo histórico e atualmente bastante ativo da informática, pois isso mereceria uma outra entrevista ! Dado o caráter mais preciso da sua questão, vou focar um exemplo representativo, uma comunidade interdisciplinar muito interessante e muito ativa, no cruzamento da modelização, a simulação e a análise informática de processos sociais. Esta comunidade é ao mesmo tempo de origens muito diversas (informáticos, sociólogos, economistas, etc.) e bem conectada e unida, ela tem uma revista de referência, o *Journal of Artificial Societies and Social Simulation* (JASSS) (<http://jasss.soc.surrey.ac.uk/>).

Um dos movimentos importantes no interior desta comunidade é o ComMod (*Companion Modeling* : <http://www.commod.org/>). Ele reúne diferentes pesquisadores de diferentes disciplinas (agrônomo, ecologistas, hidrólogos, sociólogos, informáticos) e volta-se ao estudo e à construção de uma metodologia para a gestão participativa de recursos renováveis (interação de dinâmicas humanas, sociais e naturais, ex : sobre a utilização da água). Ele aborda temas científicos, como os processos de gestão de conflitos e de coordenação entre atores (ex : agricultores, pecuaristas, coletores de recursos florestais,



representantes políticos...), os processos de decisão coletiva etc. O recurso a modelos informatizados (modelização e simulação multi-agentes) e a *jeux de rôles*, e a sua combinação, permite simular cenários em que são criadas situações de ações e de decisões com atores múltiplos e incrementais, para que eles possam compartilhar, através dos resultados da simulação, as consequências das suas ações individuais e coletivas. Assim, isto permite ajudar os atores a tomarem progressivamente consciência das inter-relações de suas diferentes ações (e também dos processos naturais) sobre os recursos comuns. O movimento ComMod é um meio de ultrapassar as fronteiras disciplinares, e de levar em consideração a natureza complexa dos sistemas estudados, combinado com um aspecto de pesquisa voltada à ação.

Quais são as suas pesquisas neste campo, especialmente em cooperação com pesquisadores ou laboratórios brasileiros?

Em nível pessoal, e em decorrência de meu interesse recente crescente pela abordagem da comunidade ComMod (na qual eu recebi uma formação), iniciei há cerca de quatro anos, com minha colega Marta Irving, professora da UFRJ, especialista em gestão social da biodiversidade, um projeto interdisciplinar e franco-brasileiro, sobre o acompanhamento informático da gestão participativa de espaços protegidos (em particular os parques nacionais), para a proteção da biodiversidade e a inclusão social. Este projeto denomina-se SimParc (*Simulation participative de la gestion de Parcs*) (<http://www-desir.lip6.fr/~briot/simparc>). Ele inclui pesquisadores em gestão social da biodiversidade (notadamente do Programa de Pós-Graduação EICOS da UFRJ) e pesquisadores em informática (notadamente do LIP6/UMPC-CNRS e da PUC-Rio), então, ao mesmo tempo no Brasil e na França.

O objetivo do projeto SimParc é ajudar a compreender melhor, a formar e a acompanhar tais processos de gestão participativa, no nível do funcionamento do conselho de gestão de um parque, que inclui diferentes conselheiros, representantes de atores sociais (ex : ambientalista, operador de turismo, comunidade...) com interesses a priori potencialmente divergentes sobre as escolhas de políticas de conservação dos diferentes setores do parque (ex : uma escolha de preservação pura para conserve uma espécie endêmica, ou, pelo contrário, uma abordagem mais flexível que permita o eco-turismo). No jogo de papéis (*jeu de rôles*), como num parque real, o conselho é consultivo e permite informar, apreender a natureza dos conflitos e explorar soluções, mas, no final, é o gestor do parque que toma a decisão e a justifica, integrando mais ou menos as negociações e proposições dos atores sociais. Esses últimos exprimem, então, os seus graus de aceitação ou de recusa das decisões do gestor e seus argumentos, o que fecha o ciclo epistêmico do jogo. A idéia do projeto é assim ajudar os atores sociais e os pesquisadores e profissionais do domínio (ex : na ótica da formação de gestores de parques) a compreender melhor a natureza desses conflitos e as dinâmicas de negociação de conflitos. Este projeto se apóia na experiência acumulada de análise e construção de modelos e processos de gestão participativa de espaços protegidos, em torno da equipe de Marta Irving.

Do ponto de vista da informática, o projeto explora diferentes técnicas, tais como: *serious games* (programas de jogos utilizados para treinamento, através da simulação de situações reais de decisão), os jogos de papéis distribuídos, as interfaces de comunicação e de negociação, os agentes artificiais



(programas que podem tomar decisões ou participar do jogo), a ajuda à decisão coletiva, a argumentação automatizada, os agentes assistentes (programas com recursos que ajudam a interpretar a situação, sem tomar decisão), a modelização da viabilidade de recursos ambientais. A informatização do jogo de papéis traz certo número de vantagens: os jogadores podem estar localizados à distância ; um papel pode ser jogado por um jogador artificial, o que permite compensar a ausência eventual de jogadores humanos. Além disso, pode-se configurar situações específicas e reproduzíveis como, por exemplo, um agente artificial gestor de parque que tenha um perfil mais preservacionista ou mais aberto às questões sociais, e que leve mais ou menos em conta as proposições dos atores sociais, ou, pelo contrário, um jogador artificial programado para recusar todo tipo de negociação, a fim de provocar a tomada de consciência entre os jogadores humanos. Enfim, todas as interações e decisões são registradas numa base de dados estruturada, o que permite análises semi-automatizadas desses traços de interação para avaliar melhor os comportamentos dos jogadores e a dinâmica de negociação. Um protótipo de cenário de jogo sério (*serious game*) para a gestão participativa de um parque fictício e seu suporte informático distribuído inteligente foi, desse modo, desenvolvido e testado em várias ocasiões (para mais informações sobre o projeto e suas publicações, consultar o site: <http://www-desir.lip6.fr/~briot/simparc/>).

Deve-se lembrar que o projeto SimParc pode tornar-se realidade graças à conjunção de vários fatores. Inicialmente, a minha inclusão, pelo CNRS, durante 2 anos, no Departamento de Informática da Universidade PUC-Rio (e a liberação de minhas responsabilidades de chefe de equipe em Paris) me deu a oportunidade e o tempo de explorar novos domínios. Minha presença no Brasil e a descoberta das questões em matéria de gestão participativa de espaços protegidos e da equipe de Marta Irving na UFRJ, temas em conjunção com a minha formação recente no ComMod, nos deu a idéia de tentar um tal projeto interdisciplinar. Enfim, nós recebemos um financiamento para iniciar o projeto, no programa ARCUS (*Actions en Régions de Coopération Universitaire et Scientifique*) do *Ministère des Affaires Etrangères et Européennes* (MAEE) da França. Este projeto ARCUS era uma cooperação multi-disciplinar com o Brasil e o Chile entre 2006 e 2008, dirigida pela *Université Pierre et Marie Curie* (Paris 6) e co-financiada, do lado francês, pelo MAEE e a região *Ile de France*. Ele incluía sete sub-projetos disciplinares : em informática (que tratava os sistemas multi-agentes, de que eu era o coordenador), em ecologia (gestão da biodiversidade e dos recursos naturais), e em economia (sobre a integração econômica e política na América do Sul e seus vínculos com a Europa, coordenada por Christian Girault, professor do CREDAL). Este projeto, desde o início multidisciplinar permitiu, pela vontade de dois pesquisadores de dois sub-projetos disciplinares (Marta Irving, do projeto sobre gestão da biodiversidade, e eu mesmo, em informática) a criação de uma iniciativa interdisciplinar original, entre informática e gestão da biodiversidade, o que tornou possível o projeto SimParc.



Como você avalia as possibilidades de cooperação entre pesquisadores de informática e ciências sociais ?

Os exemplos que citei acima : a comunidade de sociedades artificiais e de simulação social (JASSS : <http://jasss.soc.surrey.ac.uk/>) e nosso projeto SimParc são exemplos de cooperação reais e promissores. De uma maneira mais geral, existe um círculo virtuoso já real e com um potencial ainda maior a explorar. Por um lado, é preciso notar que uma das bases da informática colaborativa atual, os sistemas multiagentes, são historicamente provenientes de uma inspiração social da informática (organizações artificiais de agentes em interação para resolver problemas e tarefas). E pesquisadores em sociologia, teoria das organizações, economia etc., contribuíram fortemente com esses avanços. Como exemplos de contribuições e cruzamentos entre economia e informática (inteligência artificial, ajuda à decisão...), eu citaria notadamente: o conceito de teoria da racionalidade limitada de Herbert Simon, prêmio Nobel de economia em 1982, e um dos pais da inteligência artificial, e a teoria dos jogos e do comportamento econômico, de John von Neumann et Oskar Morgenstern em 1944, atualmente um dos modelos mais utilizados para comportamentos coletivos de agentes artificiais (os sistemas multiagentes).

De maneira dual, a informática permite experiências virtuais para testar e analisar modelos econômicos e sociais, ou alternativos (realidades alternativas imaginadas ou antecipadas) e fazer progredir o conhecimento em matéria de ciências sociais. Penso que as comunidades tais como JASSS mostram que se ultrapassaram as simples influências e aplicações recíprocas, mas foram atingidos níveis de imbricação e de enriquecimentos recíprocos, fazendo igualmente emergir novas problemáticas.

Mas a sua questão toca um ponto mais fundamental, o do estatuto epistemológico da informática e das ciências humanas e sociais (vocábulo que agrupa disciplinas muito diferentes). Isso poderia ser objeto de uma outra entrevista ! Eu saliento apenas o caso bastante particular da informática, que tem uma posição não completamente consensual, tanto interna (o debate, entre os informáticos que consideram que ela tem antes de tudo uma base teórica, como para os matemáticos, ou os que consideram que ela tem uma base antes de tudo experimental – aliás, não é a única disciplina nesta situação, por exemplo, a própria economia não está imune a tal debate!) e externa (segundo os observadores, seu estatuto de instrumento para os engenheiros ou outros cientistas, ou de uma ciência completa, que desenvolveu seus próprios modelos, teorias e protocolos experimentais). Além do mais, ela não trabalha sobre objetos que existem a priori (em primeiro lugar: o mundo), nem unicamente sobre puras abstrações (como as matemáticas), mas sobre objetos construídos (máquinas e programas), sobre os quais ela desenvolve modelos (modelos de cálculo e algoritmos), os quais podem, para alguns, levar a teorias formais. E, paralelamente, ela analisa e experimenta esses artefatos e sua aplicação (implantação, medidas, usos). Considero que a disciplina informática tem, em virtude de seu estatuto híbrido, um potencial de ponte com inúmeras outras disciplinas.



Quais são os principais obstáculos para a ampliação dessa cooperação?

Começamos, inicialmente, por um exemplo de relativo sucesso. No caso de nosso projeto SimParc, como referido acima, houve o encontro de vários fatores, antes de tudo uma vontade de interdisciplinaridade de dois pesquisadores, mas também a oportunidade do programa multidisciplinar e internacional ARCUS. Em seguida, o projeto amadureceu progressivamente e pode agregar uma primeira geração de doutorandos, bastante motivados desde o início para investir verdadeiramente em diferentes domínios e conhecimentos. Mas construir uma compreensão e uma cultura comuns demanda tempo e motivação!

Um dos freios é o sistema de avaliação individualizado do pesquisador, que permanece disciplinar e penaliza os que se arriscam numa real interdisciplinaridade (e não apenas a aplicação a outro campo). Sobretudo, é preciso tempo para adquirir e verdadeiramente construir um conhecimento e uma dinâmica comum suficientes. É preciso, então, coragem e estar disposto a assumir os riscos e afrontar certos conservadorismos, mas acho que o jogo vale muito a pena, e é mesmo indispensável para poder encarar os novos e futuros desafios que ultrapassam as barreiras disciplinares.

CNRS Brasil

Avenida Presidente Antônio Carlos, 58 / Sala 621

20020-010 RJ Rio de Janeiro

Brasil

Tel: (021) 3974-6685

Fax&Tel: (021) 3553-2975

E-mail: [contato \[AT\] cnrs-brasil \[dot\] org](mailto:contato@cnrs-brasil.org)

Web: <http://www.cnrs-brasil.org>



PERFIL INSTITUCIONAL : Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC

O PPGSP/UFSC (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina) iniciou suas atividades em 1985, resultando da reestruturação do curso de mestrado em Ciências Sociais, fundado em 1978. A partir de 1999, o PPGSP passou a contar também com um curso de doutorado reconhecido pela Capes. Até o presente foram aprovadas 291 dissertações de mestrado e 60 teses de doutorado no âmbito do Programa. O objetivo primordial do PPGSP é a formação de quadros de alto nível de capacitação para a pesquisa e a docência no campo da Sociologia Política e nas interfaces da Sociologia Política com áreas afins.

O Programa conta, atualmente, com um quadro de 20 docentes; 10 são bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. As atividades acadêmicas desses docentes e dos atuais 64 mestrandos e 51 de doutorandos do PPGSP organizam-se em torno das sete linhas de pesquisa, às quais se vinculam 14 núcleos e laboratórios onde se desenvolvem vários projetos de pesquisa e extensão. As linhas de pesquisa são as seguintes:

1. [Meio ambiente e desenvolvimento rural e urbano](#)

Esta linha tem se concentrado no trabalho de avaliação de impactos socioambientais de projetos, programa e políticas de desenvolvimento rural e urbano no Brasil. Abriga também projetos de pesquisa sobre as implicações socioambientais da ocupação e da dinamização socioeconômica de espaços rurais. Além disso, a linha dispõe de um eixo temático relacionado ao fundamentos epistemológicos da pesquisa socioambiental.

2. [Estado, mercado, empresariado e sistema financeiro](#)

Destina-se à análise sociopolítica da esfera econômica, focalizando atores e instituições econômicas e financeiras e suas relações com as instituições e os processos políticos. As pesquisas dentro da linha se desenvolvem a partir de três eixos: 1) análise sociopolítica do sistema financeiro; 2) sociologia econômica e dos mercados 3) estudo do Estado e das políticas públicas em suas diferentes expressões, detendo-se especialmente nos processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas econômicas e sociais.

3. [Modernidade, ciência e técnica](#)

Esta linha reúne pesquisadores que se dedicam ao estudo de mudanças sócio-políticas e culturais relacionadas aos processos de modernização técnica-científica. Propõe dois eixos básicos de investigações teóricas e empíricas, que podem ajudar na compreensão das mudanças profundas que atingem o mundo e, de forma específica, o Brasil. O primeiro eixo visa a analisar o caráter contingente da sociedade contemporânea, caracterizada pela técnica moderna e seu avanço sobre a natureza externa e interna do homem. O segundo eixo adota uma abordagem conhecida como análise sociotécnica, que ressalta o caráter socialmente construído dos fatos e artefatos técnicos e científicos.

4. [Gerações, gênero, etnia e educação](#)

Esta linha de pesquisa está estruturada em torno de três eixos teóricos e conceituais. O primeiro eixo volta-se para a análise da sociabilidade juvenil nas suas relações com a cultura, a política e o caráter educativo das duas ações coletivas. O segundo eixo temático investiga as possibilidades da sociedade civil e do Estado na construção/manutenção da ordem/desordem de novas práticas educacionais. O terceiro eixo volta-se para a análise das representações sobre



masculino e feminino na infância, situando-se na interface dos estudos de gênero e da sociologia da infância.

5. [Movimentos sociais, participação e democracia](#)

As atividades desta linha de pesquisa desenvolvem-se com mais ênfase em torno de três eixos: estudo da estrutura interna, das dinâmicas e das redes de atuação da sociedade civil e dos movimentos sociais no contexto das transformações ocorridas na cultura política brasileira nas últimas décadas, especialmente no processo de democratização e globalização; b) análises sobre experiências de participação político-institucional, fundamentalmente de Conselhos gestores e experiências de Orçamentos Participativos, c) estudos e pesquisas sobre a problemática da exclusão/inclusão em suas múltiplas dimensões.

6. [Mundos do trabalho](#)

Estudo dos processos de mudança social, tendo como pressupostos a materialidade das transformações na organização social da produção e as redefinições dos trabalhadores quanto à sua formação de classe, organização sindical e participação política. As decorrentes transformações estruturais, como as relativas à organização do Estado moderno, a regionalização e a mundialização do capital, o desempenho econômico e a preservação ambiental, emprego e desemprego, concentração e distribuição de renda, previdência e seguridade social e outros. O aprofundamento teórico e empírico no campo de objetos próprios ao “mundos do trabalho” em uma perspectiva interdisciplinar.

7. [Idéias, instituições e práticas políticas](#)

Objetivando a integração das dimensões ideativa, institucional e comportamental do universo da política, esta linha de pesquisa abriga pesquisas sobre uma diversidade de temas no âmbito da ciência política contemporânea, considerando suas manifestações locais, nacionais e internacionais. Dentre os temas estudados no âmbito da linha de pesquisa, destacam-se: teoria política normativa e história do pensamento político; ideologias e doutrinas políticas; Estado e instituições políticas; análise e avaliação de políticas públicas; relações internacionais; regimes políticos e formas de governo; partidos e sistemas partidários, sistemas eleitorais e eleições; comportamento político, com ênfase em comportamento eleitoral e comportamento legislativo.

A estrutura curricular do PPGSP reúne disciplinas obrigatórias de Teoria Social (Sociologia e Política) moderna e contemporânea e de metodologia de pesquisa em Ciências Sociais, tanto em nível de mestrado como de doutorado. Além das disciplinas de formação geral, há variada oferta de disciplinas optativas agrupadas pelas linhas de pesquisa.

Anualmente, entre os meses de agosto e outubro, ocorrem as inscrições de candidatos às novas turmas de mestrado e doutorado. O processo seletivo é realizado entre o final de novembro e o início de dezembro. O perfil dos estudantes recrutados pelo PPGSP é variado, tanto do ponto de vista da formação disciplinar como da proveniência geográfica. Estudantes com formação em Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História, Direito, Economia, Filosofia e Serviço Social, Relações Internacionais, dentre outros, têm feito parte do corpo discente do Programa. Esses estudantes provêm de todas as regiões do país, bem como de países estrangeiros, especialmente dos continentes sul-americano e africano.



O PPGSP/UFSC recebe recursos do Programa PROF/Capes e bolsas de mestrado e doutorado da Capes e do CNPq. Obteve conceito 5 nas mais recentes avaliações trienais da Capes.

Coordenador: Ricardo Silva
rsilva@cfh.ufsc.br

Vice-Coordenador: Ricardo Gaspar Müller
muller@cfh.ufsc.br

Secretária: Albertina Buss Volkmann

Secretária Auxiliar: Maria de Fátima Xavier da Silva

Endereço

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH
Departamento de Sociologia e Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - PPGSP
Campus Universitário, Trindade - Caixa Postal 476
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS, Santa Catarina, Brasil
Fone: (48) 3721-9253 Ramal 23
Fax: (48) 3721-9098
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br



OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

CONCURSOS PARA DOCENTES

Concurso Público para Professor Titular

Organização	Área de Ciência Política Departamento de Ciências Sociais Instituto de Ciências Humanas- ICH Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF
Data	17 de Junho de 2010
Requisitos para a candidatura	Doutorado em Ciência Política ou Ciências Sociais, esta com concentração na área de Ciência Política; ou Livre Docência, ou Título de Notório Saber, ambas, em Ciência Política
Prazo para a inscrição	17 de Maio de 2010
Mais informações	http://www.concurso.ufjf.br/

Concurso para Docente de Ciência Política - Unifesp

2 vagas, de Ciência Política

Organização	UNIFESP
Local	Guarulhos - SP
Requisitos para inscrição	título de Doutor, outorgado por Instituição Brasileira ou revalidado, se outorgado por instituição estrangeira.
Prazo para a inscrição	10 de maio a 08 de junho de 2010
Mais informações	www.unifesp.br ;

BUSCA DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PARA PROFESSOR ADJUNTO DE CIÊNCIA POLÍTICA – UFG

A Universidade Federal de Goiás está procurando candidatos aprovados, mas não nomeados, em concursos para professor adjunto de Ciência Política de instituições federais de ensino superior. O objetivo é uma possível contratação para atuar na Faculdade de Ciências Sociais da UFG.

Organização	UFG
Local	Goiânia
Requisitos para inscrição	Podem se apresentar candidatos aprovados em concursos para vagas de Ciência Política, em geral, ou para diversas subáreas, como teoria política, política comparada, políticas públicas, instituições políticas, política brasileira etc. É necessário que o prazo de validade do concurso ainda esteja em vigor.
Mais informações	Os interessados devem enviar mensagem de e-mail para Robinson Almeida (robinson@cienciassociais.ufg.br)



BOLSAS DE ESTUDOS & PRÊMIOS

Novo edital Capes e Fundação Carolina - doutorado e pós-doutorado na Espanha

Edital para seleção de até 300 candidatos a bolsa do Programa Estágio de Curta Duração na Espanha, destinado a docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação nas modalidades doutorado-sanduíche e pós-doutorado.

Organização	Capes/Fundação Carolina
Requisitos	No caso de doutorado-sanduíche, não pode ter usufruído anteriormente no curso de outra bolsa de estágio de doutorando ou doutorado pleno no exterior; não ultrapassar período total do doutorado, de acordo com o prazo regulamentar do curso para defesa da tese, devendo o tempo de permanência no exterior ser previsto de modo a restarem, no mínimo, seis meses no Brasil para a redação final e defesa da tese; ter completado um número de créditos referentes ao programa de doutorado, que seja compatível com a perspectiva de conclusão do curso; e ter obtido aprovação no exame de qualificação e/ou no projeto de tese. Para o estágio pós-doutoral, é preciso ter diploma de doutorado obtido há menos de oito anos; demonstrar atuação em atividade de docência e de pesquisa no Brasil compatíveis com o tempo de atuação como doutor; ter carta de aceite da universidade espanhola; estar ciente da necessidade de proficiência no idioma espanhol; e não se enquadrar na categoria pesquisador nível 1 do CNPq ou equivalente, uma vez que esse público deve apresentar suas candidaturas na modalidade estágio sênior.
Prazo para a inscrição	5 de julho de 2010
Mais informações	www.capes.gov.br cpro@capes.gov.br ou pelo telefone (61) 2022-6659

Seleção de bolsa pós-doutorado

Trata-se do projeto temático " *Instituições Políticas e Gastos Públicos: Uma Análise dos Estados Brasileiros* " que está sendo realizado no CEPESP/FGV, São Paulo, Brasil e apoiado financeiramente pela FAPESP .

Organização	Centro de Economia e Política do Setor Público – CEPESP, Fundação Getúlio Vargas – FGV
Requisitos para a candidatura	Título de Doutor
Prazo para a inscrição	15 de Maio de 2010
Mais informações	(11) 32813244

Seleção de 4 bolsistas Assistente de Pesquisas I, II e III

Organização	IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Requisitos para a candidatura	Graduação em Relações Internacionais ; ou Mestre em Ciências Econômicas, Geografia Econômica ou Relações Internacionais, conforme o posto.
Prazo para a inscrição	20 de maio de 2010
Mais informações	www.ipea.gov.br , pnpd@ipea.gov.br e telefones 61 3315-5219/5495



CONGRESSOS E SEMINÁRIOS NO BRASIL

INSTITUIÇÃO	SEMINÁRIO	PERÍODO	LOCAL	INFORMAÇÕES
LeMetro/IFCS-UFRJ	Colóquio <i>Aspectos Humanos da Favela Carioca: ontem e hoje</i>	19-21/mai/10	Rio de Janeiro	colóquio.sagmacs@hotmail.com
PPG História da Univ. Passo Fundo, PUC-RS e UnB	V Simpósio Internacional Estados Americanos	08-10/jun/10	Passo Fundo, RS	http://www.ppqh.upf.br
Unesp	I Seminário Michel Foucault : Corpo,	15-16/jun/10	Marília, SP	http://www.marilia.unesp.br/
Basic Income Earth Network (BIEN) e FEA/USP	The 13th International Congress of the Basic Income Earth Network	30/jun-2/jul/10	São Paulo, SP	http://www.bien2010brasil.com
ABED	4º Encontro Nacional	19-21/7/10	Brasília - DF	http://www.abed-defesa.org/enabed4/index.php
Núcleo de Estudos das Américas, UERJ	II Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas	13-17/set/2010	São Paulo, SP	http://www.nucleasucrij.com.br/

4º Encontro Nacional da ABED

Organização	Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ABED
Local	Universidade de Brasília - UNB
Data	19 a 21 de julho de 2010
Prazo para a inscrição	15 de maio de 2010
Mais informações	http://www.abed-defesa.org/enabed4/index.php

Colóquio *Aspectos Humanos da Favela Carioca: ontem e hoje*

Comemoração dos 50 anos da publicação do primeiro grande estudo sobre as favelas do Rio de Janeiro - *Aspectos Humanos da Favela Carioca* - desenvolvido pela SAGMACS

Organização	Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ)
Local	Salão Nobre do IFCS-UFRJ
Data	19 a 21 de maio de 2010
Mais informações	colóquio.sagmacs@hotmail.com (21) 2252-8034/ (21) 2252-8035 R. 433 (secretaria IFCS)



I Seminário Michel Foucault : Corpo, Sexualidade e Direito

Trata-se de um importante espaço de troca de experiências e discussões sobre o pensamento de Michel Foucault e pesquisas por ele influenciadas relacionadas à corporalidade, a sexualidade, as identidades, a ética, a subjetividade, o direito e a biopolítica, entre profissionais de diversas áreas das Ciências: Sociais, Humanas, Jurídicas e da Saúde contemplando a integração entre os resultados de pesquisas em uma perspectiva crítica e interdisciplinar.

Organização Departamento de Sociologia e Antropologia;
Pós-Graduação em Ciências Sociais;
Observatório de Segurança Pública e Grupo de Estudos em
Segurança Pública - (Unesp-Marília)
Grupo de Pesquisa Estudos sobre as Sexualidades - (Unesp -
Marília)

Local FFC Unesp, Marília-SP

Data 15 e 16 de junho de 2010

Inscrições poderão ser feitas até o dia do evento ou até o limite de vagas

Mais informações <http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=5549&CodigoOpcao=5550>



CONGRESSOS E SEMINÁRIOS NO EXTERIOR

	SEMINÁRIO	PERÍODO	LOCAL	INFORMAÇÕES
Associação Internacional de Sociologia	ISA 2010: Rc 29: The global crisis of policing: issues and new models for a participatory democracy	11-17/jul/10	Gothernburgo - Suécia	http://www.isa-sociology.org/
Associação Latino-Americana de Ciência Política - ALACIP	ALACIP 2010 - V CONGRESSO DA ALACIP – “INTEGRAÇÃO, DIVERSIDADE E DEMOCRACIA EM TEMPOS DO BICENTENÁRIO”	28-30/jul/10	Buenos Aires - Argentina	http://www.fafich.ufmg.br/alacip/
South African Association of Political Studies SAAPS	SAAPS BIENNIAL CONGRESS 2010	1-4/set/10	Stellenbosch, Africa do Sul	http://www.saaps.org.za/info/cfp2009
Associação Uruguaia de Ciência Política	III Congresso Uruguaio de Ciência Política	2-3/ago/10	Montevidéo, Uruguai	http://www.aucip.org.uy/viewMenu.php?id=102

CURSO

Módulo Avançado em Negociações Internacionais

Objetivo: Fornecer instrumental teórico avançado e capacitação técnica na área de negociações internacionais

Organização Centro de Estudo das Negociações Internacionais (CAENI) do Departamento de Ciência Política (FFLCH/USP) –

Período 26 a 29 de julho de 2010

Mais caeni@caeni.com.br

informações



CALL FOR PAPERS – REVISTAS

Primeiro número da Revista " Mural Internacional"

Organização Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais PPGRJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ

Mais informações <http://www.ppgri.uerj.br/public.html>

PROCESSO SELETIVO PARA PÓS-GRADUAÇÃO

Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais

Organização Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

Data A partir do dia 15 de junho de 2010

Prazo para a inscrição 31 de maio a 10 de junho de 2010

Mais informações http://humanas.unifesp.br/ciencias_sociais

